

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

CATEGORIA APROVA O ACORDO COLETIVO

Através de 72 assembleias realizadas em todo o Estado com cerca de 3300 trabalhadores, a grande maioria dos companheiros (75%) aprovou a contraproposta da Copasa para assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho. Nas assembleias realizadas, poucas (Ipatinga, Coronel Fabriciano, Araxá, Patos de Minas, Barbacena, ETE Pampulha, Escritório de Nova Lima, Congonhas e outras) rejeitaram (22%), além de apenas 3% de abstenções.

Mesmo com críticas ao acordo de dois anos, os trabalhadores entenderam a importância da garantia do reajuste dos salários e benefícios pelo INPC também no próximo ano e o compromisso da empresa de manter as negociações abertas através das comissões com participação do sindicato, que terá o apoio do Dieese para apresentar e diagnosticar propostas.

A categoria demonstra seu alto grau de maturidade e de compromisso com o avanço dos direitos conquistados, impedindo qualquer retrocesso, como queria a Copasa em sua proposta inicial. Num período em que vivemos uma crise, os trabalhadores deliberaram por dar um voto de confiança à nova gestão da empresa, que se comprometeu em discutir com os sindicatos três pontos imprescindíveis para a categoria.

1- O fim da política de porte

nos salários

2- A reformulação do Plano de Carreiras, Cargos e Salários;

3- Revisão da tabela salarial dentro da empresa.

Os trabalhadores compreenderam a importância da luta histórica da categoria para incorporar a GDI aos salários, pois sempre fomos penalizados por indicadores sobre os quais não tivemos controle e que eram manipulados pela empresa para arrochar os salários em várias localidades, num processo de sucateamento da empresa que o SINDÁGUA sempre denunciou.

Nosso acordo terá avanços importantes, como a garantia do reajuste dos salários e dos benefícios pelo INPC pleno, mas, principalmente, por iniciarmos em breve um grande trabalho em comissão com participação dos sindicatos para reescrevermos e aprovarmos um PCCS digno do esforço dos trabalhadores e pelo próprio crescimento da Copasa como empresa sobre a qual a população exige serviços de qualidade no saneamento. Com este trabalho para recriar um PCCS decente, temos como principais metas a recuperação da tabela salarial e o fim da política de portes na classificação dos salários, políticas que foram implementadas nas gestões anteriores e que vinham sucate-



ando a empresa.

Finalmente também, temos a programação para o pagamento definitivo da diferença da PL 2010, que será paga aos trabalhadores em março do próximo ano.

Também no próximo ano, já em janeiro, estaremos fazendo uma reavaliação do nosso programa de saúde, de forma a diagnosticar como está a saúde financeira e administrativa da Copass Saúde e a possibilidade de podermos criar Plano de Saúde de custo mais acessível para os trabalhadores.

Confira no verso, um resumo dos principais benefícios do novo acordo coletivo de trabalho, que será assinado em breve.

Proposta aprovada pela categoria

- Reajuste de 8,34% nos salários;
- Reajuste de 8,34% nos benefícios
- Extinção da GDI a partir de 1º de outubro, incorporando 12,02% aos salários;
- Criação de um indicador financeiro, inicialmente de 4% para aferição de resultados com incorporação de índice linear nos salários para todos os trabalhadores;
- Índice de aferição será definido por comissão com integrantes dos sindicatos e empresa num prazo de 30 dias;
- Até final de setembro/2015 continua sendo aplicada a atual tabela de GDI;
- Pagamento da diferença da PL 2010 em março de 2016, com valores corrigidos até agosto/2015. Possibilidade de antecipação, através de contrato da Copasa com banco, com pagamento de juros de 0,95% ao mês pelo trabalhador;
- Pagamento dos honorários advocatícios da ação da PL do valor estipulado pela Justiça, fazendo-se acordo para retirada do processo;
- Pagamento da PL 2015 em abril de 2016;
- Periculosidade para motociclistas - Definição de grupo de estudo, 10 dias após assinatura do acordo, para identificar trabalhadores que usam motos e que têm direito ao adicional, para pagamento a partir de 1º de outubro;
- Reavaliação em janeiro de 2016 do programa de saúde, verificando-se os

Valores reajustados:

Tiquete Alimentação	R\$ 608,87	para	R\$ 659,65
Cesta Básica	R\$ 343,64	para	R\$ 372,30
Auxílio-creche até 2 anos	R\$ 534,77	para	R\$ 579,00
Auxílio-creche acima 2 anos	R\$ 320,87	para	R\$ 347,76
Cesta de Natal	R\$ 275,72	para	R\$ 298,71
Auxílio Educação	R\$ 508,33	para	R\$ 550,72
Auxílio Funeral	R\$ 1.885,44	para	R\$ 2.042,69
Auxílio Educação Especial	R\$ 508,33	para	R\$ 550,72
Assistencia Especial Saúde	R\$ 713,03	para	R\$ 772,60
Gratificação Dirigir Veículos	R\$ 12,93	para	R\$ 14,00



impactos do Copass Saúde e a possibilidade de se oferecer planos alternativos

- Constituição, em 60 dias, de comissão com participação dos sindicatos para apresentar proposta de Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS), para ser implementado em 11 meses, contemplando o fim do sistema de porte nos salários, nova tabela salarial e condições para progressão na carreira.
- Alteração do sistema de controle de frequência onde além passar na "cancela", trabalhadores ainda registram o ponto, estabelecendo um único ponto de aferição;
- Garantir que as hora extras laboradas por período acima de 15 dias corridos ou alternados tenham sua média utilizada para pagamento do repouso semanal remunerado e feriados;
- Reformulação que permita inscrição de trabalhadores com até 25 de trabalho no Programa Trainee.

• Validade de dois anos no Acordo Coletivo de Trabalho.

Foi aprovada uma Taxa de Fortalecimento de 1% do salário base.

• MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DE ACORDOS COLETIVOS ANTERIORES